



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

***Mestrado Profissionalizante
2014-2015***

JUSTIÇA CONSTITUCIONAL - TURMA B

REGENTE

PROFESSOR DOUTOR JAIME VALLE

Sumário – *Summary*

A leccionação da presente disciplina visa proporcionar um conhecimento detido e sistemático do conjunto dos diversos aspectos do contencioso constitucional, tendo por referência, fundamentalmente, o actual sistema português de Justiça Constitucional, no seu sentido, finalidade e evolução, partindo do estudo dos modelos fundamentais para chegar aos pressupostos processuais dos diferentes institutos ou tipos de fiscalização que compõem o actual modelo de controlo jurisdicional misto.

Programa

Capítulo I

A garantia da Constituição

1. O princípio da constitucionalidade como corolário do princípio do Estado de Direito
2. A garantia da Constituição: noção, sujeitos e meios
3. A inconstitucionalidade dos actos jurídico-públicos
4. O desvalor dos actos jurídico-públicos inconstitucionais

Capítulo II

Os modelos da Justiça Constitucional

1. Introdução aos modelos típicos
2. Os sujeitos, o modo, o tempo, a legitimidade activa e os efeitos da fiscalização da constitucionalidade: aspectos gerais



Divisão Académica

Capítulo III

A Justiça Constitucional em Portugal

1. Evolução da fiscalização da constitucionalidade em Portugal
2. O modelo actual da Justiça Constitucional em Portugal
3. Os princípios fundamentais do actual sistema português de Justiça Constitucional

Capítulo IV

A fiscalização concreta

1. Evolução e finalidade do instituto
2. A competência para o julgamento de inconstitucionalidade
3. A legitimidade para suscitar a fiscalização concreta
4. Os parâmetros do controlo
5. O objecto do controlo
6. Os tipos de recurso
7. Os pressupostos subjectivos dos recursos
8. Os pressupostos objectivos dos recursos
9. A tramitação dos recursos
10. Os efeitos das decisões de fiscalização concreta

Capítulo V

A fiscalização sucessiva abstracta

1. Evolução e finalidade do instituto
2. A competência do Tribunal Constitucional
3. A legitimidade activa para o pedido
4. A exigibilidade do pedido
5. Os parâmetros do controlo
6. O objecto do pedido
7. A tramitação do pedido
8. A decisão do Tribunal Constitucional: sentido e efeitos gerais
9. Os limites aos efeitos da decisão do Tribunal Constitucional
10. A natureza da fiscalização sucessiva abstracta

Capítulo VI

A fiscalização preventiva

1. Evolução e finalidade do instituto
2. A competência do Tribunal Constitucional
3. A legitimidade activa para o pedido
4. A exigibilidade do pedido

Divisão Académica

5. O parâmetro do controlo
6. O objecto do pedido
7. O tempo e as vicissitudes do pedido
8. A tramitação do pedido
9. A pronúncia do Tribunal Constitucional: tempo, sentido e efeitos
10. A natureza da fiscalização preventiva

Capítulo VII

A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão

1. Evolução e finalidade do instituto
2. A competência do Tribunal Constitucional
3. A legitimidade activa para o pedido
4. A exigibilidade do pedido
5. Os parâmetros do controlo
6. O objecto do pedido
7. A tramitação do pedido
8. A decisão do Tribunal Constitucional: sentido e efeitos
9. A natureza da fiscalização da inconstitucionalidade por omissão

Bibliografia

JORGE MIRANDA, Manual de Direito Constitucional, VI, 4.^a ed., Coimbra, 2013

CARLOS BLANCO DE MORAIS, Justiça Constitucional, I, 2.^a ed., Coimbra, 2006, e II, 2.^a ed., Coimbra, 2011

MARCELO REBELO DE SOUSA, O Valor Jurídico do Acto Inconstitucional, I, Lisboa, 1988

J. J. GOMES CANOTILHO, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7.^a ed., Coimbra, 2003

RUI MEDEIROS, A Decisão de Inconstitucionalidade, Lisboa, 1999

JORGE PEREIRA DA SILVA, Dever de Legislar e Protecção Jurisdicional contra Omissões Legislativas, Lisboa, 2003

JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, Constituição Portuguesa Anotada, III, Coimbra, 2007

J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, Constituição da República Portuguesa Anotada, II, 4.^a ed., Coimbra, 2010